Resumo de "História econômica da cidade do Rio de Janeiro: da fundação ao século XXI", de André Villela

João Gabriel Garcez[1] e Marcel Grillo Balassiano[2]

Resumo do livro "História econômica da cidade do Rio de Janeiro: da fundação ao século XXI", do professor André Villela (FGV EPGE), com uma reinterpretação do "declínio" econômico do Rio de Janeiro como um processo gradual, multifatorial e tardio e a revisão crítica do timing da perda da liderança industrial para São Paulo.

Principais Conclusões e Contribuições da Obra

Reinterpretação do "declínio" econômico do Rio de Janeiro como um processo gradual, multifatorial e tardio

Ao contrário do senso comum que associa o declínio logo após a mudança da capital para Brasília ou a fusão com o estado do Rio, o livro demonstra que a divergência do PIB *per capita* e do desempenho econômico só ficaram evidentes a partir da década de 1990. O declínio é resultado de um conjunto complexo de fatores históricos e institucionais, cujos efeitos se manifestam com defasagens prolongadas.

Revisão crítica do *timing* da perda da liderança industrial para São Paulo

Com base em dados *per capita* e produtividade do trabalho, o livro sustenta que a supremacia industrial paulista em relação ao Rio se consolidou apenas após 1949, deslocando interpretações tradicionais que apontavam o início da perda ainda no início

[1] João Gabriel Garcez é bacharel e mestre em economia pela FGV EPGE. É assessor econômico na Prefeitura do Rio de Janeiro. Anteriormente, foi analista macroeconômico na JGP.

[2] Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Rio (SMDE/SUBDEI) e pesquisador-licenciado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE). Doutorando (FGV CPDOC), mestre em Economia Empresarial e Finanças (FGV EPGE), mestre em Administração (FGV EBAPE) e bacharel em Economia (FGV EPGE), trabalhou na área de Economia Aplicada do FGV IBRE entre 2013 e 2020 e foi analista macroeconômico na MCM Consultores (2011-12).

do século XX. Essa nuance metodológica corrige avaliações históricas anteriores e enriquece o debate sobre a divisão regional do industrial brasileiro.

Resumo

A centralidade do Rio de Janeiro se construiu historicamente por fatores geográficos e contingências internacionais

A localização privilegiada do Rio, aos pés de uma baía protegida e bem-posicionada para o comércio atlântico, somada a contingências históricas marcantes como o ciclo do ouro nas Minas Gerais, a Revolução Haitiana e a transferência da Corte portuguesa durante as Guerras Napoleônicas consolidaram o papel da cidade como principal polo econômico, político e cultural do Brasil por pelo menos dois séculos.

As dinâmicas econômicas do Rio foram marcadas por ciclos de expansão e crise, com períodos de dependência de produtos-chave

Desde o açúcar colonial, passando pelo ouro, depois o café e, finalmente, a hegemonia dos serviços, a economia carioca mostrou grande capacidade adaptativa, mas também intensa vulnerabilidade a choques externos e mudanças de rumos políticos e institucionais.

O livro demonstra que a perda de centralidade econômica do Rio ocorreu de forma mais recente e gradual do que o senso comum sugere

Embora o discurso da "decadência" seja recorrente desde a mudança da capital para Brasília e a fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio, os dados mostram que o PIB *per capita* e outros indicadores só realmente passaram a divergir nacionalmente após 1990. Transições institucionais e de base produtiva são apresentadas como processos de longa maturação e sem rupturas imediatas.

Enfatiza o papel das instituições e da estrutura regional na perda de dinamismo econômico

Além da desindustrialização, que foi nacional e não exclusividade carioca, destaca-se que a falta de uma base regional forte e o "isolamento" do Rio em relação a um entorno

imediato mais pobre limitaram os potenciais efeitos de aglomeração e especialização produtiva, em contraste com o papel polarizador exercido por São Paulo em um estado notadamente mais rico.

Aborda o conceito de "capitalidade" para explicar uma cultura política singular que privilegiou temas nacionais em detrimento de questões locais

O livro reforça a ideia – desenvolvida por diversos autores - de que, após perder a condição de capital, o Rio enfrentou uma certa ambiguidade institucional que reduziu sua capacidade de reflexão e resposta a desafios próprios, agravando problemas de governança e planejamento estratégico.

Traz novas perspectivas para o debate sobre o "declínio relativo" do Rio, relativizando explicações baseadas apenas na migração da capital ou eventos pontuais

As explicações privilegiam interpretações históricas de longa duração e destacam contingências, escolhas institucionais e transformações da estrutura econômica global, indo além do fatalismo ou de diagnósticos simplistas.

A obra se destaca pelo uso criterioso de dados e metodologias atuais de história econômica

Ao relativizar ideias pré-concebidas com séries históricas detalhadas sobre população, renda, emprego industrial e terciário, câmbio e arrecadação, o livro oferece uma narrativa rigorosa, baseada em evidências sólidas, e recupera debates clássicos com olhares revisionistas e metodologia contemporânea.

O Período Colonial

Séculos XVI e XVII

Nos primeiros 150 anos decorridos de sua fundação, as informações que temos acerca da cidade são oriundas de relatos pontuais deixadas por contemporâneos e compiladas futuramente por pesquisadores.

A primeira referência à população da capitania deve-se a Pero de Magalhães Gândavo em **1570** que se referia a 140 "vizinhos" ou "fogos". **Adotando uma média de cinco indivíduos por "fogo", teríamos uma população de 700 pessoas.**

Nas décadas iniciais da história do Rio de Janeiro, as noções de "cidade" e "capitania" do Rio se confundiam. A capitania do Rio de Janeiro se originou da cidade homônima, sendo constituída pela apropriação de terras situadas além das "seis léguas do termo" estabelecidas em 1567 por Mem de Sá. Com a fundação da cidade de Cabo Frio em 1616 e a transferência da jurisdição das vilas de Angra dos Reis e Paraty para o Rio de Janeiro no século XVII, os territórios da capitania e da cidade deixavam de ser coincidentes.

Em 1585, o jesuíta José de Anchieta estimaria em 750 indivíduos a população da capitania, à qual acrescentou 3 mil índios. **Outra estimativa, de 1590**, fala em 1400 "indivíduos" que, somados aos 3 mil índios convertidos ao cristianismo e 700 africanos escravizados, **resulta em estimativa de cerca de 5.100 habitantes ao final do século XVI.**

Documentos eclesiásticos de 1687 mostram que havia no Bispado do Rio de Janeiro 18.893 pessoas de comunhão, resultando em um **total de pouco mais de 23,7 mil indivíduos**, dos quais cerca de 20-21 mil dentro dos limites territoriais da cidade do Rio.

Em suma, no transcorrer de cerca de um século e meio, a população da cidade teria passado de menos de 1.000 indivíduos para mais de 20 mil, implicando uma taxa de crescimento de aproximadamente 2% anuais.

O desenvolvimento da economia açucareira

Uma primeira aproximação do tamanho da economia açucareira do Rio de Janeiro nos fins do século XVI e ao longo do seguinte é dada pelo número de engenhos de açúcar em funcionamento naquela capitania em intervalos decenais. O número de engenhos saiu de 3 no decênio 1571-80 para 13 em 1601-10, 113 em 1651-60 e 136 no final do século XVII.

A estrutura do setor açucareiro fluminense era constituída de engenhos de porte, em geral, inferior aos encontrados à época em Pernambuco.

Segundo Abreu (2010) concorreram para a fase inicial da expansão da cultura do açúcar na região do recôncavo da Guanabara três fatores principais: **o recurso ao trabalho escravo de nativos; o progresso técnico; e o impulso às atividades comerciais decorrente do estreitamento das relações com Buenos Aires.**

O relacionamento dos portugueses com os indígenas já deixara para trás a natureza mais amistosa característica da época das feitorias, tendo ingressado em um regime de "guerra de conquista", com a submissão dos nativos e mobilização de sua força de trabalho.

Os ganhos obtidos com o apresamento de índios e, na sequência, a partir do tráfico negreiro são apontados por Fragoso (2001) como parte do processo de "acumulação primitiva de capital" que permitiu a montagem da economia açucareira da Guanabara.

A trajetória da economia fluminense esteve longe de ser linear. Se em determinado momento a ocupação holandesa de Pernambuco serviu de estímulo à expansão açucareira no Rio, por outro os custos da guerra oneraram os seus contribuintes. Em outros momentos, a concorrência com o açúcar Antilhano também machucou a produção local.

É relativamente seguro afirmar que o comportamento da economia do Rio de Janeiro foi mais acidentado na segunda parte do século XVII, o que é corroborado por referências de contemporâneos a episódios de escassez de alimentos ou epidemias na cidade.

Durante a fase expansiva da implantação de novos engenhos, o preço do produto apresentou tendência de queda devido ao aumento da oferta. O período de alta de preços em meados do século coincide com a guerra da Insurreição Pernambucana. A nova tendência de elevação de preços a partir de 1660 reflete tanto uma redução da oferta local como expansão de oferta em ritmo menor do que o aumento da demanda.

Entre as informações recuperadas por pesquisadores encontram-se aquelas referentes aos preços que foram arrematados contratos de coleta de dízimos. O recolhimento de tal imposto passou a ser "terceirizado" a agentes privados no Rio de Janeiro em 1628.

Abreu (2010) se refere à terceira parte do século XVII como um período de turbulência para a economia fluminense. **Um contemporâneo, frei Mauro de Assunção, enviado em 1669 pela Câmara da cidade a Lisboa, relatou um quadro "calamitoso" da situação econômica do Rio de Janeiro à época.**

O Ouro das Minas Gerais

A história econômica do Rio de Janeiro no século XVIII está indissociavelmente ligada ao transcurso do chamado "ciclo do ouro". A descoberta de jazidas do mineral no que viriam a ser as Minas Gerais e, pouco depois, em Goiás e Mato Grosso, promoveu descontinuidade na natureza da ocupação do território colonial e no funcionamento de sua economia.

Em um primeiro momento, as notícias de descobertas tiveram efeitos negativos sobre a cidade do Rio de Janeiro, sob a forma de escassez de gêneros, alta de preços e êxodo populacional tanto de homens livres como de escravizados em direção às minas.

Um agente da Companhia da Guiné de passagem pelo Rio de Janeiro em 1703 deixou registrado em seu *Journal d'um Voyage* que **mais de 10 mil homens teriam deixado a cidade desde que chegaram as primeiras notícias das descobertas do ouro.** Os prejuízos ocasionados pelo bombardeio da cidade por parte das forças francesas de Duguay-

Trouin em 1711 também devem ser contabilizados no passivo dos primeiros anos dos Setecentos.

À medida que a produção de alimentos em Minas Gerais se estabelecia e que a abertura do Caminho Novo ainda no início do Setecentos trazia melhoria na ligação entre o porto e a região aurífera, os benefícios do "rush" minerador para a economia do Rio de Janeiro iriam se manifestar de forma inequívoca. O Rio assumiria importância econômica e demográfica antes usufruída apenas pelos grandes centros do Nordeste.

Os dados das remessas de ouro para Lisboa desagregados por porto de origem levantados por Costa *et al.* (2013) **confirmam o predomínio dos carregamentos levados pelas frotas do Rio de Janeiro, constituindo cerca de 76% de todo o ouro oficialmente entrado em Lisboa entre 1720 e 1807.**

Crescimento Populacional no Século XVIII

Ao longo do século XVIII a população do núcleo urbano do Rio de Janeiro cresceu de quatro a cinco vezes, o que, combinada ao contingente populacional nas freguesias rurais, levaria a cidade (com cerca de 100 mil habitantes em 1799) a **suplantar Salvador como a de maior população da América portuguesa ao final do século XVIII.**

A carga tributária a que estavam sujeitos não deveria ser leve. Os habitantes do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII eram chamados a pagar uma série de tributos e direitos régios, incluindo os dízimos, dízimos de alfândega, subsídios diversos e direitos dos escravos. Indiretamente, ainda se deparavam com preços de monopólios cobrados por mercadorias sujeitas aos estancos, a exemplo do sal, tabaco e subprodutos da pesca da baleia.

O Açúcar Durante o "Ciclo do Ouro"

Apesar da crescente importância do Rio de Janeiro como intermediário comercial para o Brasil, a produção de açúcar ainda era relevante no século XVIII. Após sofrer queda e

estagnação entre as décadas de 1720 e 1750**, o número de engenhos localizados dentro do termo da cidade praticamente dobrou no último terço do século XVIII, com um saldo líquido de 65 novos engenhos implantados entre 1781 e 1794.**

Mais notável que a expansão do número de engenhos no termo da cidade foi o crescimento verificado na região de Campos dos Goytacazes, ao nordeste da capitania. Ali foram criados mais de 270 engenhos entre 1761 e 1794, em áreas anteriormente dedicadas à produção de alimentos.

A expansão do setor açucareiro e o próprio crescimento absoluto da economia da cidade e capitania do Rio de Janeiro implicaram demanda crescente por mão de obra.

O tráfico de escravizados

Ao longo do século XVIII e até a extinção definitiva do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em 1850, o Rio de Janeiro funcionou como ponto de entrada para escravizados que eram enviados a diversas regiões do interior, abrangendo as minas (inclusive Goiás e Mato Grosso), São Paulo e outros municípios da capitania fluminense.

É significativo que a média anual de cativos desembarcados nos portos do Sudeste do Brasil tenha crescido na segunda metade do Setecentos, de níveis que se situavam entre 50-60 mil por década para mais de 100 mil no final do século.

Para tanto, concorre o fato de que, em um contexto de retração do volume de receitas obtidas com a atividade mineradora, a Coroa portuguesa pôs em prática a partir do terceiro quartel do século XVIII políticas visando ampliar e diversificar as exportações coloniais, ao mesmo tempo que incentivava a substituição de importações na Metrópole. Tais políticas deram origem ao que se convencionou designar como um "Renascimento Agrícola".

Os dados de arrecadação de dízima das alfândegas mostram tendência de forte crescimento ao longo de toda primeira metade do século XVIII, atingindo-se um pico de

cerca de 300 contos de réis em 1760. A partir daí opera-se queda expressiva, seguindo-se oscilações em volta de 150 contos de réis até a última década.

Mesmo antes da abertura dos portos em 1808, a cidade já havia se consolidado como principal praça comercial da América Portuguesa, servindo como principal entreposto comercial no comércio de exportação e importação com a Europa e a África e também como epicentro do fluxo de comércio destinado ao consumo interno.

A expansão da atividade mercantil na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII consolidou no topo da hierarquia econômica a classe dos grandes comerciantes. Atuando em diversos ramos de negócios, entre os quais o tráfico de africanos escravizados, o transporte terrestre de animais, o comércio de cabotagem de trigo, charque, farinha e açúcar, tais indivíduos tinham participação destacada nos mercados de crédito e imobiliário cariocas.

Para concluir, as estimativas populacionais, complementadas por indicadores de números de engenhos, crescentes exportações, intensificação do comércio interno, maiores desembarques de escravizados, arrematação de contratos de arrecadação de dízimas das alfândegas, apontam para um quadro inequívoco de expansão, sobretudo durante a primeira metade do século, ao qual se seguiu um arrefecimento da atividade econômica e sinais de recuperação na derradeira década do Setecentos.

O Período Imperial

Durante o século XIX, o capitalismo se difundiu em escala global. A América portuguesa – e, após 1822, o Brasil imperial – não ficou à margem dos impulsos emanados dos países no centro do sistema.

Entre 1790 e 1890, a população do Brasil passou de aproximadamente 1,8 milhão para 14,3 milhões. A cidade do Rio, por sua vez, viu sua população aumentar de 100 mil habitantes para 522 mil.

Sua economia tinha no porto um de seus principais esteios, sendo por ele que eram embarcadas as crescentes exportações cafeeiras do Império. Igualmente baseados na capital estava o principal centro financeiro do país, reunindo bancos, casas bancárias, seguradoras, comissários de café e bolsa de valores. Completavam o setor terciário o comércio varejista e atacadista, as empresas atuantes nos serviços de transportes e administração pública. Já o setor secundário do Município da Corte era composto por centenas de oficinas nos mais diversos ramos, com o predomínio da produção de bens de consumo não duráveis.

No início do século XIX saíram pelo porto do Rio cerca de 10 mil sacas de 60kg de café, 1,3 milhão em 1840 e 3,3 milhões em 1888. Tamanho crescimento só foi possível a partir da abertura e expansão da fronteira cafeeira do Vale do Paraíba.

De forma geral, as décadas compreendidas entre a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, e o início do Segundo Reinado (1840) mostraram-se bem acidentadas. Já os anos que se estendem de 1840 até o término da Guerra do Paraguai (1870) podem ser considerados os mais favoráveis do ponto de vista da economia imperial. Finalmente, entre 1870 e a Proclamação da República, os indicadores disponíveis sugerem que a economia do Município da Corte cresceu muito lentamente.

Da vinda da Corte portuguesa a meados do século XIX

Há sinais conflitantes emitidos pela evidência estatística disponível acerca do estado da economia carioca nos cerca de 10 anos que antecederam o desembarque da Família Real portuguesa, em 1808.

Abundam os indícios de uma economia que vinha se recuperando de um longo período de relativa estagnação iniciado com o declínio da economia aurífera no terceiro quartel do Setecentos. Entre eles, a maior chegada, em Lisboa, de ouro em moeda proveniente do Rio, o aumento do valor dos contratos de arrematação de cobrança dos dízimos e o aumento do número de engenhos de açúcar em funcionamento. A tais evidências, pode-se acrescentar maior volume de café embarcado no porto da cidade.

Em sentido inverso, contudo, também foi notada tendência de queda das exportações de açúcar pelo porto do Rio no início do século XIX.

Após breve recuperação do valor das exportações do porto do Rio em 1805-7, ambos sofreriam forte queda após 1807, já refletindo o impacto negativo do Bloqueio Continental napoleônico e subsequente invasão de Portugal por tropas francesas.

O ano de 1808 é marco destacado na história do Brasil e, particularmente, da cidade do Rio de Janeiro. Esta última, contando àquela altura com cerca de 100 mil habitantes, testemunharia a chegada da corte portuguesa e de um contingente estimado entre 10 e 15 mil indivíduos.

Internamente, o influxo repentino de novos moradores exerceu enorme pressão sobre a infraestrutura do Rio, o que daria origem a ambicioso programa de obras envolvendo o aterramento de pântanos, calçamento de ruas, melhorias no sistema de abastecimento de água, construção de pontes etc.

O estoque imobiliário da cidade também sucumbiu ao impacto do grande influxo de novos moradores. O instituto do "Ponha-se na rua" gerou dois efeitos ambíguos: exerceu um freio na atividade de construção civil na área central da cidade e estimulou a construção, por parte da elite local, de novas residências fora do núcleo central da urbe, em áreas como Glória, Botafogo, Catumbi e São Cristóvão.

Quanto aos imóveis comerciais, a chegada de centenas de empresários ingleses após a Abertura dos Portos resultou em demanda crescente e elevação do valor dos aluguéis.

Os dados disponíveis mostram como o fim do (quase) monopólio comercial português levou a uma crescente importância assumida por navios de bandeira britânica, que saíram de 15 chegadas no Rio de Janeiro em 1812 para 42 em 1820 – enquanto navios portugueses eram 27 em 1812 e 32 em 1820.

No plano macroeconômico, o período joanino ficaria marcado por uma enorme crise fiscal, cujo principal determinante seriam as despesas militares incorridas em campanhas militares na região do Prata.

O financiamento dos sucessivos déficits orçamentários, em parte por meio do aumento da carga tributária, esteve na origem de incontida insatisfação popular e queixas de elites provinciais e gastança da Corte no Rio de Janeiro (Cariello e Pereira, 2022). Por sua vez, o recurso adicional a empréstimos forçados junto ao Banco do Brasil, à recunhagem e "aviltamento" do meio circulante e, crucialmente, a emissões descontroladas de moedas de cobre e de papel-moeda de curso forçado concorreram para o agravamento da inflação e concomitante depreciação cambial.

A taxa de câmbio era, possivelmente, o preço mais monitorado pelos contemporâneos, servindo de "termômetro" da "saúde" econômica da praça do Rio de Janeiro ao longo de todo o século XIX. A cotação do mil-réis em relação à libra esterlina manteve-se, grosso modo, apreciada até 1819, ainda que a valorização alcançada entre 1811 e 1814 deva ser atribuída à desvalorização da libra esterlina em meio às crescentes emissões exigidas pelo conflito contra a França, mais do que algum sinal de força da moeda portuguesa.

Um dos observadores mais perspicazes do cotidiano carioca nesta época foi John Luccock, comerciante inglês que viveu no Brasil entre 1808 e 1818, deixando suas impressões registradas em obras que se tornaria referência na literatura.

Assim, em suas impressões da cidade no ano em que chegou (1808), encontra-se avaliação pouco lisonjeira, por exemplo, acerca das condições sanitárias do Rio e do sistema de abastecimento de carne, esta última tida pelo autor como de qualidade muito ruim.

A primeira impressão do comércio local não foi particularmente favorável: julgou o setor varejista, então concentrado na rua da Quitanda, "pequeno, ainda que toleravelmente abastecido de manufaturados de algodão e de lã". **Para o autor, o comerciante médio no Rio à época seria, de forma geral, "ignorante" quantos aos elementos da gramática e da aritmética.**

Cinco anos depois, Luccock reconhece grandes melhorias na cidade, entre as quais nas instalações e procedimentos da Alfândega e no abastecimento de carnes e legumes,

este último beneficiado pela expansão do cultivo de alimentos. Chamou a sua atenção também a maior oferta de artífices (incluindo ferreiros) na cidade, bem como a fabricação local de cordoaria e velame e **os primeiros passos dados para manufaturas de lã e algodão, assim como novos projetos de fabricação de artefatos de madeira, ferro, cobre, estanho e couros.**

Luccock testemunhava, assim, os primeiros desdobramentos do Alvará de 1° de abril de 1808, autorizando o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. Na condição de maior centro urbano e, portanto, mercado consumidor da colônia, o **Rio de Janeiro assistiu à fundação de diversas unidades fabris no período joanino em setores como alimentos, papel, rapé, couros, fundições de metais, destilarias etc.**

Já em suas impressões da cidade em 1818, Luccock destaca o aumento populacional observado desde que chegara, 10 anos antes, **incluindo o incremento na parcela de estrangeiros.** Assinala, também, o acúmulo de "habilidade e indústria", dando origem a aumento significativo dos "confortos e até luxos". **O avanço da qualidade das moradias particulares, das construções públicas e das ruas também foi notado pelo comerciante inglês.**

O crescimento das exportações de café foi exponencial. De pouco mais de 40 mil arrobas (equivalentes a cerca de 10 mil sacas de 60kg), as exportações de café a partir do porto do Rio superaram as 78 mil sacas em 1817 e ultrapassaram a marca de 1 milhão em 1839.

Tamanho crescimento das exportações cafeeiras só foi possível por meio da incorporação de novas terras na região do Vale do Paraíba e resultou em **aumento significativo no número de escravizados desembarcados no porto do Rio, que passou de uma média anual de cerca de 10 mil no século XIX para quase 40 mil entre 1826-30.**

Os crescentes embarques impulsionaram a exportação através do porto da cidade. Acentuava-se, assim, a especialização do porto do Rio de Janeiro na exportação de café, que excederia 90% nos anos 60. Para efeito de comparação, o peso do produto na pauta de exportação do Império não alcançou 50%.

O setor terciário e a "hipertrofia comercial"

Se em meados do século XIX o porto do Rio se especializava na exportação de, praticamente, um único artigo, a economia carioca se concentraria preponderantemente em um setor: o terciário. Em sua História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Maria Bárbara Levy denota tal fenômeno como uma "hipertrofia comercial".

A mesma autora nota que do total de cerca de 237 mil contos de capital das empresas que lançaram **ações na Bolsa do Rio entre 1851 e 1865, 57,5% pertenciam ao setor financeiro** (bancos, casas bancárias e seguradoras), 24,9% ao setor de transportes e 5,4% ao de serviços de utilidade pública.

A cidade já contava, em 1849, com mais de 200 mil habitantes, dos quais cerca de 40% de escravos. Em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós pôs termo legal à atividade crucial dentro da cidade do Rio de Janeiro que tocava praticamente a todos os cantos de sua economia e sociedade.

Em conhecida passagem de sua autobiografia, Mauá se refere à abolição do tráfico de escravos em termos um tanto quanto utilitários:

"Reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir para um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país foi o pensamento que surgiu-me na mente ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável."

Para autores modernos, a liberação de vultosos capitais outrora empregados no tráfico ajudaria a explicar uma mudança de patamar em diversos indicadores da economia do Rio de Janeiro na década de 1850. As importações subiriam em 50% de 1845-50 para 1850-55, sendo em parte explicado pela maior disponibilidade de divisas na praça após a cessação do tráfico (Alencastro, 1997).

Para Levy (1977) "a coincidência entre a abolição do tráfico de escravos, a multiplicação de instituições bancárias e o primeiro surto manufatureiro [no Brasil] não é eventual".

Outros autores são mais céticos e afirmam que os capitais empregados no tráfico negreiro não poderiam ser redirecionados de forma tão rápida (ou mesmo não poderiam em nenhum momento) para investimentos produtivos no Brasil.

Apesar das diferentes visões de causalidade, não resta dúvida que a economia carioca viveu um período de prosperidade nos anos 50, ainda que abalado por crises financeiras em 1853 e 1857. No tocante ao setor bancário, após mais de uma década em que apenas uma instituição organizada como sociedade por ações atuava na cidade (o Banco Commercial do Rio de Janeiro), em 1851 foi fundada por Irineu Evangelista de Sousa (futuro barão de Mauá) instituição de nome Banco do Brasil. Dois anos depois, por iniciativa do governo imperial, o Commercial e o Banco do Brasil seriam fundidos. Até o fim da década, Mauá formaria mais um banco e outros dois seriam fundados, levando a quatro o total de bancos comerciais atuando na cidade.

A expansão da atividade de bancos comerciais cariocas na década de 50 traduziu-se em notável aumento do volume de crédito concedido pelo setor, crédito este que ajudou na dinamização não apenas da atividade comercial da própria cidade, mas como também sustentou, indiretamente, o boom da cafeicultura fluminense.

Entre 1850 e 1855, o volume de crédito ofertado pelos bancos comerciais aumentou cerca de 10 mil contos para 40 mil contos. Em 1864, já passavam dos 100 mil cotos.

Trabalho de Sinder (2023) recorre a informações constantes do *Almanak Laemmert* para designar a evolução do número de fabricas na cidade. Usando uma um critério conservador, dada a incompletude de informações e a zona cinzenta que existe na taxonomia de estabelecimentos industriais, ele estima que havia 139 fábricas no Rio de Janeiro em 1845, 246 em 1850, 405 em 1855 e 558 em 1860. **Uma forte evidência de um surto manufatureiro na cidade na década de 1850, possivelmente beneficiado pelos efeitos protecionistas, sobre alguns setores, da Tarifa Alves Branco de 1844.**

Duas evidências adicionais confirmam o bom momento vivido pela economia carioca na década de 1850. **A riqueza média dos testamentos analisados por Frank (2004) cresceu de 19,5 contos para 27,6 contos de 1845-49 para 1850-60.**

Para o autor, são três os motivos principais que explicariam a evolução da riqueza no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX:

i) a ocorrência de uma "revolução industriosa" no Sudeste do Brasil; ii) mudanças institucionais, a exemplo da abolição do tráfico de escravos e a aprovação do novo Código Comercial, permitindo a expansão do número de companhias e formas diversas de riqueza financeira; e iii) a expansão da economia exportadora.

O período também foi de aumento do custo de vida. Em estudo clássico, Sebastião Ferreira Soares, a maior autoridade do Império em matéria estatística, catalogou um aumento médio superior a 100% nos preços dos principais gêneros de alimentação. Pereira (2024), por sua vez, estima inflação no Rio de Janeiro de pouco menos de 65% entre 1850 e 1860.

Para Soares (1860) seriam três os principais determinantes do fenômeno inflacionário vivenciado nos anos 1850: i) especialização crescente da economia no setor cafeeiro; ii) o abandono, por parte dos cafeicultores, da produção de gêneros alimentícios em suas fazendas; iii) a transferência da mão de obra escrava da produção de alimentos para o emprego na construção de estradas de ferro e rodagem. A esses três fatores, Graça Filho (1991) acrescentou as práticas não competitivas que se disseminavam no comércio atacadista de alimentos do Rio de Janeiro.

Em contraste com os anos 50, a década seguinte se mostraria mais acidentada para a economia do Império e da cidade do Rio em particular. Em setembro de 1864, o Município da Corte sofreria o impacto da **maior crise financeira experimentada até então (a Crise do Souto), na sequência da qual o país iria se ver envolvido no mais longo conflito militar de sua história, a Guerra do Paraguai (1864-70).**

As origens da crise que levou à falência da maior casa bancária do Rio – e, arrastados por ela, diversos outros estabelecimentos – em meados da década de 1860 podem ser buscados na reação oficial a período anterior de crescimento da atividade de bancos emissores (de notas) no Império.

As casas bancárias atuavam como intermediadoras dos empréstimos de bancos comerciais e receptoras de recursos da população mais pobre. Hoje seriam classificadas como o que os economistas classificam de *"shadow banking system"*, que ficam fora da alçada regulatória do sistema bancário tradicional e por consequência tomam mais riscos.

O comportamento da taxa de câmbio refletiu a instabilidade vivida pela praça carioca durante a crise financeira. Em fevereiro de 1868, a moeda atingiria a cotação mais baixa de todo o período imperial (15.6d) – nas décadas anteriores, flutuava entre 30 e 25d no geral -, começando a se recuperar a partir da chegada, no início de março, de notícias do *front* dando conta da passagem da esquadra brasileira pela Fortaleza de Humaitá.

Na economia cafeeira, o porto do Rio viu os volumes físicos de exportação atingirem o seu máximo em 1881, em cerca de 4.500 milhares de sacas de café. A partir de então se verificaria o rápido avanço das exportações cafeeiras do porto de Santos e consequente declínio dos embarques no porto carioca.

O setor industrial no fim do Império ainda era pouco desenvolvido. Levantamento de Lobo (1978) mostra que 80% do total de estabelecimentos industriais era de produtores de bens de consumo não duráveis.

O Rio de Janeiro como Distrito Federal 1889-1960

Ao longo da Primeira República (1889-1930), a economia brasileira - e por extensão, da sua capital - viu o seu centro dinâmico migrar do setor exportador para uma economia em que os principais impulsos emanavam do mercado interno.

Nesse período, o setor industrial carioca se consolidou. Focado em bens de consumo leves, mas já com um crescimento incipiente no ramo produtor de bens de capital. Ao mesmo tempo, a cidade do Rio se consolidava como grande centro provedor de serviços, não apenas para atender uma população que triplicara de tamanho (de pouco mais de

500 mil em 1890 para cerca de 1,5 milhão em 1930) como também a outras regiões do país.

A primeira década republicana foi, possivelmente, a mais instável politicamente da história da cidade, que foi palco do golpe que originou a República, a tentativa de autogolpe de Deodoro (e o contragolpe florianista), das disputas e tensões envolvendo as diversas revoluções regionais que ocorriam Brasil afora (Canudos, Revolução Federalista) e do atentado ao presidente Prudente de Moraes. Em uma esfera mais localizada, o Rio também foi palco da Revolta da Armada.

No tocante à sua administração, a cidade possuía um status ambíguo, conforme sintetizado por Marly Motta: "com tutela federal, bancada estadual e administração municipal". **Era um arcabouço político-jurídico sui generis. Cabia ao presidente da República indicar o prefeito do Distrito, o Senado deveria referendá-lo e àquela Casa era reservado o direito de apreciar os votos do prefeito, e não a Câmara dos Vereadores.**

O encilhamento foi o evento econômico mais notável da República Velha. Uma reforma monetária/bancária promovida nos últimos anos do Império, combinada com outras medidas de política econômica tomadas por Rui Barbosa, primeiro-ministro da Fazenda da República, levaram a direitos ampliados à emissão de notas conversíveis em ouro por parte de bancos privados e um relaxamento da legislação societária. Esse *mix* de política econômica promoveu forte ampliação da oferta monetária e ajudou a fomentar intensa atividade na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

A política monetária extremamente frouxa levou a um pico de euforia especulativa que terminou em um *crash*, com falências bancárias e uma forte contração da oferta de moeda com efeitos recessivos nos primeiros anos da década de 1890.

Após atingir uma mínima no fim do século, a cotação da moeda brasileira começou trajetória de recuperação na esteira de políticas monetária e fiscal ortodoxas iniciadas na gestão Campos Sales e que tiveram continuidade no início do século seguinte.

A valorização do mil-réis em combinação com um cenário de excesso de oferta de café no mercado internacional trouxe dificuldades aos cafeicultores. Essa conjuntura levaria a solução heterodoxa no Convênio de Taubaté e posteriormente com a criação da "Caixa de Conversão". O Convênio inauguraria décadas de políticas de sustentação artificial dos preços do café (as chamadas "valorizações") e a Caixa marcaria a adesão do Brasil ao Padrão-Ouro e, com ele, fixando uma taxa fixa de câmbio inicialmente em 15d/mil-réis.

A República-Velha também viu um processo de adensamento demográfico das regiões ditas "suburbanas" da cidade que, reunindo 17,8% do total em 1890, passaram a abrigar 30,8% da população do Rio em 1920.

Os dados de arrecadação do Imposto Predial *per capita* na cidade nos fornecem uma boa *proxy* do desempenho econômico da cidade nas primeiras décadas da República. **Em 1913, a arrecadação do tributo estava 50% superior em termos reais ao valor de 10 anos antes, compatível com um período de expansão econômica na cidade.**

Com relação a atividade portuária e comercial, cabe destacar a perda significativa - e abrupta - de importância relativa no conjunto de portos brasileiros. As exportações caíram de 45% do total do Brasil para 18% e as importações de 53% para 40% em um intervalo de 20 anos.

A perda de relevância nas importações decorre da inauguração de conexões diretas de linhas de navegações europeias com outros portos no litoral do país, reduzindo o papel do Rio como intermediário. No caso das exportações, a perda de relevância se deve a consolidação do Porto de Santos e o *boom* de borracha na Amazônia que faria o valor dos embarques de Manaus e Belém crescerem exponencialmente.

O período também foi marcado por diversas intervenções urbanas na cidade. Destacam-se a abertura e/ou alargamento das avenidas Central (atual Rio Branco), do Mangue (atual Francisco Bicalho) e Beira-Mar.

Da Primeira Guerra à Grande Depressão

Saindo de umas primeiras décadas republicanas de crescimento no geral anêmico, a economia do Rio – assim como a do país como um todo – foi negativamente impactada pela Primeira Guerra, ainda que a guerra tenha contribuído para a industrialização por substituição de importações.

O crescimento econômico foi da média de 3,7% anuais entre 1901-1913 para 2,2% entre 1911-18. Houve uma forte recuperação após o Armistício de 1918 impulsionada pelo *boom* nas exportações cafeeiras.

Não é claro se a cidade do Rio sofreu economicamente com o aperto monetário levado a cabo pelo Banco da Inglaterra e pelo *Federal Reserve* no começo da década de 20, tendo em vista um relevante programa de obras públicas promovido na gestão do prefeito Carlos Sampaio. **Das intervenções urbanas, destacam-se o arrasamento do morro do Castelo, a construção da atual avenida Rui Barbosa, o saneamento e embelezamento da lagoa Rodrigo de Freitas e a construção da Avenida Maracanã**.

Os anos finais da década de 20 foram o apogeu da economia agrário-exportadora do Brasil no século XX. O setor sofreria um forte baque com as consequências da Grande Depressão americana e os seus efeitos sobre o preço do café.

A estrutura produtiva nas primeiras décadas do século XX

Os dados que temos do começo do século XX confirmam um Rio de Janeiro em que o setor primário era extremamente marginal, numa época em que o Brasil ainda era esmagadoramente rural. O setor industrial era grande, entre os maiores empregadores da cidade, mas já se observava o que costuma chamar de "hipertrofia" do terciário, que só se aprofundaria ao longo do século conforme o setor industrial perderia espaço na cidade.

As magnitudes apuradas pelo Censo de 1920 indicam que a produção local de gêneros agrícolas por certo atendia a parcela minúscula do consumo no Rio, cuja população em 1920 já ultrapassara 1 milhão.

Já o setor industrial carioca vivia provavelmente o seu auge na representação percentual do país. Levantamento feito em 1907 a pedido do ministro da Indústria, Lauro Muller, mostra que à época a produção industrial do Distrito Federal representava 30% da produção do país**. Na cidade do Rio estavam 23,2% dos operários fabris e 20,6% dos estabelecimentos recenseados.**

Outros dados que se sobressaem nos dados industriais do período são o aumento notável do número de operários fabris na cidade entre 1907 e 1909 (62%) e de 1919 a 1925 (65%).

O valor produzido dobrou em termos reais entre 1907 e 1919, implicando taxa de crescimento média anual de cerca de 6%.

Após a Primeira Guerra, os dados que temos mostram que o ritmo de crescimento industrial desacelerou para 3,5% a.a, **compatível com o consenso da literatura de que a indústria carioca já dava sinais de menor dinamismo.**

Na composição dessa indústria, já havia sinais incipientes de uma indústria de bens de capital - naturalmente um subsetor mais maduro, de maior complexidade - operando na capital federal.

Indústria no Rio, Indústria em São Paulo

A ascensão do setor industrial paulista vis-à-vis o Rio e, consequentemente, o resto do Brasil é um fato estilizado bem conhecido da literatura.

A principal contribuição original do novo livro do prof. André Villela está justamente no debate sobre o *timing* dessa transição.

Pignaton (1977) afirma - seguindo a linha de Wilson Cano - que "a partir de 1906/1907 São Paulo começa a superar o Rio de Janeiro como principal centro industrial do país" e que tal fenômeno teria ocorrido "principalmente entre 1909/1913".

Versiani (1993) e Levy (1994) veem a Primeira Guerra como o ponto a partir do qual a supremacia industrial paulista teria se estabelecido. A base empírica sobre a qual se assentam todas as avaliações anteriores e seus respectivos esforços de datação do início do predomínio da produção industrial paulista repousam sobre as mesmas fontes - o levantamento realizado pelo Centro Industrial do Brasil em 1907 e o Censo Industrial de 1920, referente ao ano de 1919.

Nota-se, no entanto, que os autores tomam como unidade comparativa o Distrito Federal e o estado de São Paulo. Pode-se questionar, porém, se tal comparação é a que mais faz sentido do ponto de vista do debate. Afinal, está-se a contrastar dados referentes a um município (o Rio de Janeiro) com os de um estado da Federação cuja população era de 3,5 a 4 vezes superior.

Ainda que se leve em conta o agregado "Distrito Federal + Província do Rio de Janeiro" a comparação não seria muito precisa. Em 1907, a população do estado de São Paulo era 50% superior à soma da população do Distrito Federal e do estado do Rio; em 1940, duas vezes maior.

Na Tabela 3.7 do livro, são exibidos os dados em termos absolutos, *per capita* e por operários fabris da produção industrial para diferentes unidades geográficas.

Tabela 3.7: Vaor da produção industrial no Distrito Federal, estado do Rio de Janeiro e estado de São Paulo, 1907-50

	Valor da Produção (em contos)	População	Operários	Valor da Produção *per capita* (em 1$000)	Valor da Produção / Operário (em 1$000)
Censo de 1907					
DF	218.345	811.443	34.856	269	6.264
RJ	56.002	1.114.763	13.632	50	4.108
DF + RJ	274.347	1.926.206	48.488	142	5.658
SP	118.087	2.927.167	24.186	40	4.882
(DF + RJ) / SP	232,3%	65,8%	200,5%	353,1%	115,9%
Censo de 1920					
	Valor da Produção (em contos)	**População**	**Operários**	**Valor da Produção *per capita* (em 1$000)**	**Valor da Produção / Operário (em 1$000)**
DF	666.276	1.157.873	56.229	575	11.849
RJ	184.161	1.559.371	16.794	118	10.966
DF + RJ	850.437	2.717.244	73.023	313	11.646
SP	986.110	4.592.188	83.998	215	11.740
(DF + RJ) / SP	86,2%	59,2%	86,9%	145,7%	99,2%
Censo de 1940					
	Valor da Produção (em contos)	**População**	**Operários**	**Valor da Produção *per capita* (em 1$000)**	**Valor da Produção / Operário (em 1$000)**
DF	2.654.850	1.764.141	91.873	1505	28.897
RJ	860.725	1.847.857	45.483	466	18.924
DF + RJ	3.515.575	3.611.998	137.356	973	25.595
SP	7.109.143	7.180.316	254.771	990	27.904
(DF + RJ) / SP	49,5%	50,3%	53,9%	98,3%	91,7%

Fonte: Villela, André (2025). "História econômica da cidade do Rio de Janeiro: da fundação ao século XXI".

Como se percebe, os resultados a que se chega quando se expressam os valores em termos *per capita*, a cronologia da perda da liderança industrial do Rio para São Paulo muda. A produção industrial *per capita* do estado de São Paulo só ultrapassaria definitivamente a atual cidade do Rio após 1949. Os níveis de produtividade do trabalho também são equiparáveis até 1949.

Em suma, a perda da liderança industrial carioca não foi tão precoce quanto se imaginava anteriormente.

A Era Vargas, 1930-45

A narrativa "canônica" em torno do comportamento agregado da economia brasileira durante a Grande Depressão e nos anos subsequentes foi estabelecida por Furtado. A economia brasileira já vinha desacelerando em função de crise do setor cafeeiro antes da conflagração completa da recessão a nível global.

A forte desvalorização do mil-réis em meio a um grande déficit em transações correntes acoplada a uma política fiscal expansionista - envolvendo a compra e

subsequente queima da oferta excedente de café logrou sustentar a demanda agregada, agora voltada para o mercado interno. Como resultado, operou-se aquilo que o autor denominou de **"deslocamento do centro dinâmico"** da economia brasileira - momento a partir do qual os impulsos ao crescimento passariam a ser dados, crescentemente, pelo mercado doméstico, ao invés do setor exportador.

Ao longo da Segunda Guerra, o produto real da economia brasileira cresceu em média 3,3% a.a. Nos primeiros anos do conflito, a dificuldade de se obter bens intermediários para o setor industrial e a menor demanda pelas exportações brasileiras reduziram o ritmo. **A partir de 1942, o crescimento industrial retomou ao ritmo de 1933-39, de cerca de 9,9% ao ano.**

As séries de Receita Alfandegaria da Cidade do Rio mostram uma arrecadação que caiu de forma relevante após 1929 e viveu uma certa estagnação até recuperar o seu ápice anterior no imediato pré-Guerra, consistente com o menor volume comercial. Já a arrecadação do Imposto Predial Real em termos *per capita* descreve um pico em 1931 que não seria recuperado por uma década, o que indica um dinamismo menor do que a economia brasileira retratado pelos dados do IBGE.

Em posse do conjunto reconhecidamente heterogêneo e incompleto de dados que temos disponíveis, somos levados a crer que a economia do Rio - tal como a do Brasil - sofreu muito pouco com a Crise de 1930. **No entanto, aparenta ter crescido menos do que o país como um todo ao longo da década.**

Do Pós-Guerra à Guanabara

O período entre o fim da Segunda Guerra e a mudança de jure da capital para Brasília foi de crescimento mais lento do Rio *vis-à-vis* o resto do país. **Em 1960, a participação do Rio na renda nacional havia recuado a 12% frente aos 14,5% em 1947.**

As estimativas de contas nacionais realizadas pela FGV à época, confirmam alguns fatos estilizados já sabidos da estrutura produtiva carioca. **A saber, o papel marginal**

representado pela agropecuária (pouco mais de 1%), numa época em que essa ainda era responsável por 30% do PIB do Brasil e a progressiva perda de importância relativa do setor secundário na capital federal - em que pese alguma recuperação entre 1947 e 1955.

Em 1960, a cidade já seria menos "industrializada" do que o Brasil (17,3% x 21,6) como um todo. Em compensação, a economia do Rio veria reforçar o peso do setor governamental e da intermediação financeira (20,1% x 8% para o setor governamental; 12,8% x 6,7% na intermediação financeira).

A estrutura industrial do Rio era mais concentrada em produção de bens de consumo do que a média do Brasil de forma geral e, portanto, mais tradicional, menos sofisticada - o que já era um certo indicador antecedente de uma certa estagnação industrial.

O dado do "giro comercial" por habitante no Distrito Federal mostra uma tendência declinante desse agregado entre meados da década de 40 e o começo dos anos 60, que pode se traduzir como uma **perda de importância do comércio atacadista carioca como fornecedor para outras unidades da Federação no período.**

Em suma, o conjunto de evidência empírica discutida nesta seção denota o que se pode designar como **uma primeira manifestação de "divergência" do desempenho da economia carioca em relação à economia nacional na década de 1950.**

Da Guanabara ao Século XXI, 1960-2020

Em linhas gerais, a economia do Rio de Janeiro acompanhou os ritmos da economia brasileira entre 1960, ano em que perdeu para Brasília a condição de capital federal, e meados da década de 1990.

As primeiras referências no debate público a um "esvaziamento econômico" da cidade do Rio de Janeiro surgiram em meio à *malaise* econômica e política vivida no início dos anos 1960.

A mudança da capital para Brasília é, sem dúvidas, um divisor de águas não só para a cidade como para o país, após quase 2 séculos de centralidade política do Rio de Janeiro. A transferência da capital para o interior do país era prevista na maior parte das constituições republicanas, ainda que pouco debatida, como vêm apontando os trabalhos recentes do pesquisador Christian Lynch.

Em 1960, ano da fundação do novo estado da Guanabara (cujos limites territoriais são rigorosamente iguais aos da atual cidade do Rio), o novo ente da federação tinha 3,3 milhões de pessoas, número que subiria para 4,3 milhões em 1970.

À época, o país ainda vivia sob os efeitos do enorme pacote de expansão fiscal, creditícia e monetária que o Plano de Metas representou, com crescimento do PIB na casa dos 9% ao ano entre 1960 e 61. Dali em diante, a economia brasileira (e carioca) apresentariam uma certa desaceleração até 1967, na ressaca dos efeitos colaterais e desequilíbrios fiscais, inflacionários e de balanço de pagamentos pós governo JK - além, claro, da grande instabilidade política no pré e imediato pós golpe de 64.

Os indicadores sobre a atividade econômica carioca no começo da década de 60 são, no geral, ambíguos e algumas séries apresentam claros problemas de confiabilidade. No entanto, uma comparação entre os Censos de 1970 e 1960 permite uma avaliação mais confiável e que não corrobora as percepções pessimistas dos contemporâneos.

Entre 1959 e 1970, o número de estabelecimentos da indústria de transformação do Rio cresceu quase 50%, com pessoal ocupado crescendo 30%. Uma *proxy* para o valor adicionado quase dobrou em termos reais, um crescimento significativo de 6,8% a.a, um pouco abaixo do valor observado para o Brasil como um todo em 7,3% a.a.

Números parecidos são observados pelo setor terciário, que já era responsável por 80% da economia da cidade. Crescimento de 7,6% a.a do volume de real de vendas, acima dos 6,9% a.a do país. Estima-se que entre 1970 e 1975 (que inclui parte do período do "milagre econômico") **o PIB da Guanabara tenha se expandido a uma taxa anual média de 8,6% a.a, muito próximo ao ritmo da economia brasileira.**

A economia da cidade do Rio de Janeiro, 1975-2000

A segunda metade da década de 70 foi de gradual desaceleração para a economia brasileira na esteira do primeiro Choque do Petróleo. De acordo com estimativas do IPEA, a economia da cidade do Rio (a partir de 1975, capital do novo estado do Rio de Janeiro) cresceu a uma taxa média anual de 6,2% entre 1975 e 1980. **Assim como no período anterior, a um ritmo menor do que a economia brasileira, mas ainda assim um número respeitável.**

É difícil sustentar, com base nesses números, que a fusão forçada pelo governo Geisel entre o estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro tenha sido prejudicial - ao menos no curto-prazo - para a economia da cidade.

Alguns intelectuais, economistas e historiadores que se debruçam sobre as causas profundas do declínio relativo do Rio de Janeiro enxergam na fusão forçada entre a Guanabara e a antiga província do Rio (levada a cabo de maneira inconstitucional pelo regime autoritário da época) como um dos principais fatores que contribuíram para o declínio.

O argumento se concentraria ao redor de uma tese institucionalista, que defende uma contaminação da institucionalidade da política local do antigo Distrito Federal por práticas e instituições mais clientelistas e patrimonialistas da Baixada Fluminense e do interior. O argumento tem algum mérito, embora ainda permaneça controverso e careça de evidência empírica mais sólida para se confirmar. À época, há relatos de políticos da antiga província do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, preocupados em verem a política do novo estado ser contaminada pela política "suja" do antigo do Distrito Federal. ***(Hoje, no entanto, parece ser razoável afirmar que desde a redemocratização, a política local do Rio de Janeiro, a nível de prefeitura e Câmara de Vereadores tende a ser melhor do que os municípios da sua periferia, que apresentam elevado nível de violência política e indicadores muito baixos de governança, qualidade institucional e***

consequentemente provisão de serviços públicos.) Comentário dos autores desse texto.[3]

Outra linha de argumentação demonstra que a cidade perdeu enormemente em matéria de arrecadação tributária. É um fato inegável que, com a fusão, a cidade do Rio deixou de concentrar toda a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). **No entanto, há de se pensar até que ponto esse não era um objetivo desejável sob uma ótica mais ampliada, regional.**

A cidade do Rio, como antigo Distrito Federal, já gozava de infraestrutura e provisão de serviços públicos muito maior do que as cidades da sua periferia - realidade que em grande medida se perpetua até hoje. A desigualdade de renda e arrecadação tributária entre os municípios era de um nível provavelmente insustentável e que incentivaria uma acentuação das tensões sociais.

Com a fusão, a arrecadação de ICM por habitante da cidade do Rio caiu drasticamente, na ordem de 78,8% - saindo de 2167 Cz$ *per capita* em 1973 para 344 Cz$ em 1975. A contrapartida positiva foi a maior disponibilidade de recursos para as cidades relativamente mais pobres da Baixada Fluminense. Os municípios da Baixada, funcionando como periferia da cidade do Rio e cidades-dormitório, cresceram de forma ainda mais desordenada do que a cidade do Rio na esteira do êxodo rural e transformação estrutural da economia brasileira no século passado.

A partir de meados dos anos 80 é que se começa a observar os primeiros sinais de um desempenho econômico do Rio de Janeiro notadamente inferior ao do Brasil. Entre 1980-85 o valor da indústria de transformação no município recuou 10% em termos reais, ao passo que, mesmo em meio à recessão de 1981-83, cresceu 11,5% no país. A receita do setor de serviços, no mesmo período, caiu 30% em termos reais, ante recuo de 14% no Brasil. **Em termos *per capita*, esses números seriam um pouco menos acentuados, dado que o Rio já estava mais adiantado na transição demográfica. Ainda assim, as diferenças são relevantes.**

---

[3] João Gabriel Garcez e Marcel Balassiano.

Dados do Instituto Pereira Passos da Prefeitura do Rio e do IBGE estimam que o produto real do município do Rio cresceu pouco menos de 5% na década de 1990, ante 29,3% para o Brasil. A estagnação vivida pela economia do Rio na década de 1990 foi acompanhada de queda de 13% no volume de empregos formais na cidade. Em termos setoriais, chama atenção o recuo de 50% no número de empregos formais na indústria de transformação carioca entre 1990 e 2000.

Dadas as diferenças salariais entre setores, o desempenho heterogêneo do emprego acaba por ter implicações sobre a renda agregada da economia. Segundo dados da RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2002/3 a remuneração média mensal dos trabalhadores da indústria de transformação no Rio era cerca de 25% superior à do setor de serviços e quase o dobro daquela vigente no comércio. O Rio perdeu alguns dos seus melhores empregos.

A economia do Rio de Janeiro no século XXI, 2000-20

Surfando o *boom* gerado pela demanda insaciável da China por *commodities*, a economia brasileira cresceu 41,9% entre 2000 e 2010. Na década seguinte, em meio a problemas estruturais de uma economia presa na armadilha da renda média e erros de política econômica -com a chamada "Nova Matriz Econômica", o crescimento de PIB acumulado entre 2011-20 foi de meros 1,3%, o que, em meio a crescimento populacional da ordem de 6%, configura queda da renda *per capita*.

O nível de atividade econômica no Rio pouco se alterou entre 2002 e 2006. Em contraste com crescimento acumulado de cerca de 15% em igual intervalo para o PIB brasileiro. A partir daí o Rio iniciou trajetória de expansão que registrou, entre 2006 e 2013, crescimento de 26,6%, ligeiramente abaixo dos 30,7% registrados pela economia brasileira.

A escolha do Rio para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 resultou em massivos investimentos na cidade, estimados em 40 bilhões, concentrados majoritariamente entre 2011 e 2015. **Como resultado, a taxa de desocupação na cidade caiu de 8,1% para**

4,2% enquanto o indicador se mantinha estável no Brasil. Com base no método do controle sintético, pesquisadores do IPEA estimaram que, na ausência dos Jogos Olímpicos, o PIB da cidade do Rio teria sido 7,5% menor em 2011-15.

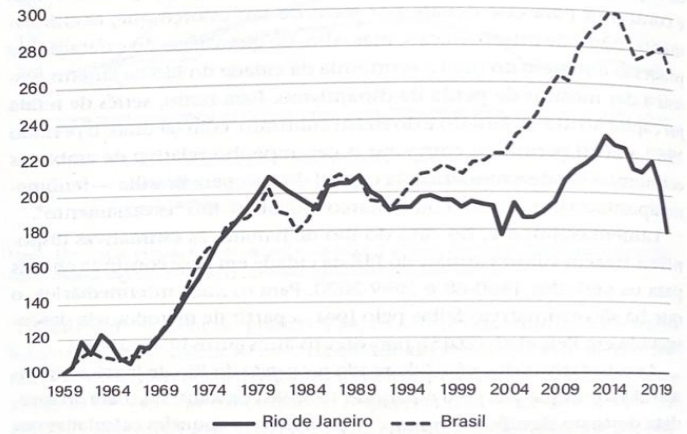
A realização dos Jogos Olímpicos postergaria a chegada da crise de 2014-16 a cidade do Rio. Após atingir um pico em 2013, o PIB real do Rio de Janeiro recuaria no restante da década, acumulando contração de 11,8% até 2019, seguida de queda de 12,3% no ano seguinte.

Um balanço do período 1960-2020

Passadas seis décadas desde que a temática da decadência econômica do Rio foi pela primeira vez aventada, acumulou-se um volume razoável de explicações/hipóteses sobre o fenômeno.

Cabe, no entanto, um passo atrás e se perguntar exatamente qual seria a definição de "decadência" ou "declínio". Seria uma queda da participação da cidade no PIB nacional? Um recuo relativo da renda *per capita*? Uma queda sustentada do PIB do Rio?

Gráfico 4.15
Índice do PIB real *per capita* do município do Rio de Janeiro e do Brasil, 1960-2020 (base: 1959=100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de PIB municipal em Contas nacionais do Brasil — atualização (1971) para os anos 1960-68; para o período 1970-85, Ipeadata, Contas Regionais; de 1985-2000, Ipeadata e Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e IBGE (2001); de 2000 a 2020, Ipeadata. Taxa de crescimento do PIB do Brasil em Ipeadata corrigida segundo revisão proposta em Bacha et al. (2023). Dados de população em IBGE, Censos Demográficos; para os anos intercensitários, via interpolação.

O que se vê, olhando os dados de PIB real *per capita* – Gráfico 4.15 do livro -, é que a trajetória de crescimento do Rio de Janeiro só divergiu da brasileira a partir de 1990. Isso não significa, no entanto, que **as razões para esse declínio não possam ser temporalmente anteriores**, como os marcos da mudança da capital para o Planalto Central e a fusão da Guanabara com a Antiga Província. **De fato, política econômica e decisões, que afetam desenvolvimento de longo-prazo costumam ter defasagens grandes e variáveis.**

Epílogo

Na parte final do seu livro, o professor André Villela promove uma reflexão sobre o passado e futuro da economia carioca da perspectiva da moderna literatura de desenvolvimento econômico.

É bom deixar claro para o leitor, a diferenciação entre causas "próximas" e "profundas" do desenvolvimento econômico. Como causas próximas podemos definir aquilo que podemos "ver" e "medir" de forma clara. Ao fim e ao cabo, desenvolvimento econômico se explica pela acumulação de capital físico, capital humano e o nível tecnológico ou de produtividade. No entanto, em última instância, estamos interessados em entender o que permite a acumulação de dotações de capital e difusão da tecnologia mais moderna - **as causas "profundas" do desenvolvimento econômico.**

A literatura costuma priorizar explicações geográficas, institucionais, culturais ou uma combinação dessas. **Do ponto de vista geográfico, não há dúvida que a geografia da cidade do Rio, localizada às margens de uma ampla baía de águas calmas, generoso calado e onde desaguam diversos rios e, à época, quase no limite da linha de Tordesilhas privilegiou a sua ocupação inicial pelos portugueses.**

O seu interior próximo também era adequado ao cultivo da cana de açúcar e sua posição geográfica era estratégica no comércio internacional de escravizados até o século XIX. O ciclo do ouro nas Minas Gerais também, favoreceu, como amplamente discutido nesse texto, o desenvolvimento da cidade. **(*É razoável se perguntar até que ponto a geografia***

do Rio, com os seus morros acentuados, lagos, rios, baía e afins não são geradores, nos dias de hoje, de deseconomias de escala e aglomeração, na medida que aumentam os custos de transporte e transação. A mesma característica que torna o Rio lindo e único pode ser um vento contra o crescimento econômico. Nada que seja instransponível, no entanto, como o exemplo de Hong Kong nos mostra.) – Comentário dos autores desse texto.[4]

O papel da contingência histórica para a formação econômica da cidade também deve ser ressaltado. Revoluções ocorridas em lugares distantes afetaram diretamente a dinâmica da cidade. A Revolução Francesa levaria, em última instância, a mudança da família real portuguesa para a cidade. No entanto, bem antes da chegada de Dom João VI e sua comitiva, a revolução em São Domingo (atual Haiti) - desdobramento indireto da Revolução Francesa - foi a primeira revolta escrava em grande escala nas Américas e acabou por convulsionar o então maior produtor de café no mundo, gerando grandes incentivos econômicos para o começo dessa cultura no Rio de Janeiro.

Essas contingências histórias, no geral, tenderam a reforçar as vantagens iniciais geográficas do Rio, gerando grandes economias de aglomeração na cidade. Era um círculo virtuoso de acumulação de capital humano, físico e empresarial formando um grande mercado consumidor ao redor da cidade.

O período compreendido grosso modo entre 1930 e 1960 configurou possivelmente o apogeu da centralidade do Rio dentro da rede urbana do país, verdadeiros "anos dourados" da cidade. Paradoxalmente, foi justamente nesse período áureo da cidade que se deu a ascensão de São Paulo como maior cidade do país. Foi por volta da década de 50 que São Paulo tomou o posto que o Rio ocupou por 150 anos, de maior cidade brasileira. Estimativas de renda *per capita* indicam uma ultrapassagem de São Paulo ocorrendo entre 1949 e 1959.

A literatura frequentemente aponta a perda de importância do parque industrial carioca no conjunto do setor secundário brasileiro, bem como sua concentração em

[4] João Gabriel Garcez e Marcel Balassiano.

setores menos dinâmicos, produtores de bens de consumo não duráveis **como fatores que contribuíram para o menor dinamismo econômico da cidade nas últimas décadas.**

É possível que haja um grau de verdade nessa assertiva, ainda que, como mostra a experiência, por exemplo, de Boston e Nova York, o fenômeno da desindustrialização de cidades não implique necessariamente retrocesso econômico (Glaeser, 2011). O Brasil como um todo passou por um processo acelerado de desindustrialização, não é uma exclusividade carioca.

Um fator possivelmente mais importante para entender a perda de centralidade do Rio de Janeiro é apontado por trabalhos no campo da economia regional que enfatizam **a falta de uma base econômica regional que pudesse ser polarizada pelo seu núcleo**. **Com efeito, cercado de uma periferia pobre, o Rio foi privado dos benefícios de economias de aglomeração que poderiam resultar em maior especialização produtiva e ganhos de comércio**. (Osório, Rego e Versiani, 2017).

O contraste com São Paulo nesse caso é claro. Ainda que a grande São Paulo também esteja sofrendo um processo de desindustrialização nas últimas décadas, a aglomeração urbana tem no seu entorno muitas cidades médias com alto poder aquisitivo e em ascensão com a economia agroexportadora.

Como abordado na derradeira parte do livro do professor Villela, uma divergência entre o crescimento da renda *per capita* do Rio e do conjunto do país só ficariam evidentes na década de 90. Isso não implica desconsiderar impactos mais sutis com efeitos de percepção mais a longo prazo, da perda de sua condição de capital federal. Um conceito útil para se abordar as raízes mais profundas da perda de centralidade da cidade é o de *capitalidade*.

Proposto originalmente pelo ex-prefeito de Roma e historiador da arte Giulio Argan, denota a característica de uma cidade que representa, nas palavras de Motta (1997), a "unidade e síntese da nação". São as chamadas cidades-capitais, entendidas como "[...] lugar da política e da cultura, núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma a sua maneira, o papel do foco da civilização,

núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar da memória". O Rio de Janeiro foi (é) esse lugar.

O resultado dessa característica do Rio é uma cultura política singular que leva seus eleitores e representantes a historicamente voltarem os olhos para as grandes questões nacionais e, mesmo, internacionais, em detrimento das locais. Os possíveis malefícios para a cidade dessa sua faceta teriam ficado explicitados uma vez consumada a transferência da capital federal para Brasília e criado o estado da Guanabara. Sobre este último, Osório (2005) destaca sua institucionalidade ambígua, combinando uma lógica nacional hegemônica e uma local minoritária, o que teria prejudicado a qualidade da reflexão de políticos e da sociedade civil sobre os desafios que se colocavam para o Rio de Janeiro dali em diante. Mais ainda, retardou a percepção, por parte desses atores, da quebra da dinâmica institucional trazida pela mudança da capital para o Planalto Central (Osório e Versiani, 2015).

A tal efeito de sua capitalidade iriam se somar as cassações promovidas no Rio de Janeiro pelo regime militar, de longe a cidade mais afetada pela perseguição política, degradando sensivelmente o a qualidade de suas lideranças. Com isso, foi franqueado o caminho para a ascensão e subsequente consolidação, em nível local e regional, de práticas políticas de natureza mais clientelística, constituindo marco institucional com efeitos nocivos de duração mais longa sobre a trajetória econômica da cidade do estado do Rio de Janeiro (Osório, Rego e Versiani, 2017).